

## ERASMO PILOTTO E AS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS NO PARANÁ

Maria Ignês Mancini De Boni †

“ Haverá quem diga que nós estamos sonhando utopias. Nós dizemos que ninguém pode realizar grande, sem pensar grande”.

Erasmus Pilotto

No final da primeira metade do século XX, o Paraná era governado por Moisés Lupion que tinha entre suas propostas de políticas educacionais a construção de grupos escolares em cada cidade do Estado. Para alcançar este mister nomeou como secretário da Educação o professor Erasmo Pilotto, figura impar de educador cujas propostas o aproximavam da utopia, e que para sanar os problemas educacionais paranaenses, procurou não somente construir e interiorizar os grupos escolares, mas, em especial, para suprir a falta de professores no interior, propõe a criação de Escolas Normais Regionais.

Embora Pilotto possua uma vasta produção, o presente trabalho propõe discutir um de seus textos, resultado de sua atuação enquanto gestor de políticas educacionais de seu tempo, especificamente o relato da experiência da formação de professores para a escola primária. A perspectiva de análise se baseia no que Michel Foucault coloca sobre os discursos educacionais, ou seja, como aqueles que estão na origem de novos atos e palavras, que são ditos para permanecer ditos e ainda por dizer.

Sabe-se que o que muda são os textos e o que se faz com eles. Portanto, o objetivo deste trabalho não é estabelecer regras de como se deve lê-los; apenas levantar a proposta de um comentário, a partir da leitura do livro: A ordem do discurso (FOUCAULT,2000), em especial, as páginas em que discute os procedimentos internos de controle e de limitação do discurso, quais sejam: os do comentário, do autor e da organização das disciplinas.

† Professora do Mestrado em Educação da UTP.

No dispositivo do comentário, Foucault chama atenção para a existência, em todas as sociedades, de narrativas que se contam, se repetem de diversas formas, discursos que são ditos de forma variada conforma a circunstância, bem como coisas que são ditas e, por conterem uma verdade imaginária ou real, são conservados como uma riqueza coletiva. Existem falas, narrativas, discursos fugazes, que se dissolvem no ato mesmo de seu pronunciamento e aqueles que são fundadores atos novos de fala que os retomam, repetem ou transformam, ou seja, que foram ditos, são ditos e estão ainda por dizer. Fazem parte destes discursos os discursos religiosos, jurídicos, científicos em certa medida. "... são também esses textos curiosos, quando se considera seu estatuto e que chamamos de 'literários' ". (ibid., p.22). O comentário permite, pois, a reconstrução indefinida dos discursos.

Em relação ao dispositivo do comentário, Larrosa (1999) chama atenção para o discurso pedagógico como uma das suas expressões possíveis, sendo que suas regras variam conforme a cultura, o que permite que uma história da educação que se pode praticar seria aquela que analisasse a variação da seleção dos textos bem como as transformações nos princípios determinantes da produção dos discursos que os repetem, glosam comentam e transformam. Essa história da educação, relacionada que está às relações de poder, seria, uma história das lutas que se produzem no interior das disciplinas para a seleção dos textos que seriam considerados fundamentais.

O segundo princípio de rarefação do discurso, segundo Foucault, o do autor é, de certa forma, complementar ao do comentário. Autor não entendido como a pessoa que elaborou e/ou pronunciou a narrativa, mas "... o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência". (FOUCAULT, p.26). Esse é um princípio que não se articula em toda parte nem mesmo de forma constante, pois muitos discursos, como conversas cotidianas, por exemplo, são pronuncia-

dos e transmitidos no anonimato, sem receber sua eficácia de um autor. No entanto, ele é requerido em certos domínios em que a identificação ou atribuição a um autor é regra, como na literatura e na ciência, mas essa identificação não desempenha sempre o mesmo papel. Em certos momentos, ela representava indicador de verdade, como na Idade Média; em outros passou a dar o nome a um teorema, um efeito, uma síndrome. No discurso literário, esse recurso é reforçado a partir do século XVII: o que até então poderia circular, e circulava, no anonimato, passou a requerer uma identificação. O jogo de diferenças no qual o texto se insere é prescrito pela função do autor.

O terceiro princípio de delimitação do discurso pode ser reconhecido no que Foucault chama de disciplinas, este também um princípio relativo e móvel e cujo jogo de construção é restrito. Tendo em vista que a construção de uma disciplina se define por "um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos", (Ibid, p. 30), ela se opõe ao princípio do autor e ao princípio do comentário. Como tudo isso está à disposição de forma anônima para quem queira utilizá-lo, se opõe ao princípio do autor; da mesma forma que se opõe ao princípio do comentário na medida em que o seu ponto de partida não é um sentido a ser descoberto nem uma identidade a ser repetida. "Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas." (ibid, p.30) Mas, como escreve Foucault, há mais para que haja menos. Uma disciplina não é formada por tudo aquilo que de verdadeiro pode ser dito sobre um assunto, nem o que possa ser aceito sobre um dado a partir de um princípio de coerência. As disciplinas, como a medicina, a botânica, a educação, não podem ser constituídas pela soma das verdades que concernem a elas, pois são feitas também pelos erros que lhes são pertinentes, erros esses que não são descartáveis, pois têm funções positivas e muitas vezes indissociáveis das verdades.

Além do mais, elas devem responder a condições que são a um só tempo mais estritas e mais complexas que a pura e simples verdade; precisam dirigir-se a um plano determinado de objetos, ou seja, devem pertencer a um nexos que as delimite sob o risco de serem consideradas como credence popular. E ainda, uma proposição de disciplina deve inscrever-se em um certo horizonte teórico. Os limites de uma disciplina são marcados: dentro de sua lógica é possível que ela reconheça proposições verdadeiras e falsas; fora de seus limites ela rejeita toda a teratologia do saber. Em síntese, uma disciplina, para ser tida como tal, deve preencher exigências complexas e pesadas e principalmente deve situar-se na esfera "do verdadeiro" que, por sua vez, aparece de formas diferentes conforme a história de uma cultura. Há, pois, uma distância que separa o dizer a verdade e o fato de que essa verdade possa ser compreendida como discurso "do verdadeiro" de sua época.

Dentre os três princípios que Foucault destaca como mecanismos de controle do discurso, foi dado preferência para o presente trabalho, para o comentário. A escolha não implica em uma exclusão dos outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso. Ainda buscando em Foucault a referência para reflexões, os três não deixam de ser princípios de coerção, mesmo tendo em mente a fecundidade do autor, a multiplicidade dos comentários e a proliferação de disciplinas. Esse princípio de coerção, tece uma teia de relações entre os procedimentos.

A escolha do princípio do comentário se dá em função de se pensar discursos de um educador paranaense que se coloca como propositivo dentro de um saber, a formação de professores para a zona rural, em uma determinada época: a educação brasileira/paranaense em fins da década de 1940, início da década de 1950. Seus discursos se inserem na esfera da tradução de princípios teóricos que estavam sendo formulados na Europa e nos Estados Unidos e mesmo no Brasil para a sociedade brasileira, ou seja, os princípios da Escola Nova. Tradução porque não há, em suas formulações

discursivas uma mera transposição de princípios teóricos já estabelecidos, mas quase que um comentário que será constitutivo de uma nova formulação da articulação disciplinar anterior.

O comentário, como já foi dito, por um lado, "permite construir ( e indefinidamente) novos discursos", e, por outro lado, "não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. ... O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo para além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado... . O novo não está no que é dito, mas no acontecimento da sua volta". (ibid, p.25-26)

No livro "A Educação é Direito de Todos", aqui objeto de análise, como constituição de um saber, Erasmus Pilotto, expõe suas reflexões, problemas e soluções sobre a educação pública no Paraná, resultado de sua passagem na Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Nas suas considerações iniciais comenta os passos que tentou dar para frente. Pequenos passos, mas "dados em respeito a direitos fundamentais do homem e nasceram de uma consciência quase dolorosa de gravíssimos problemas daquele organismo da administração do Estado". (PILOTTO, 1952, p.5)

Como já dito, Pilotto foi Secretário de Estado no governo Moisés Lupion, que Apesar da redemocratização, muito da política de Lupion foi continuação da anterior exercida pelo Interventor Manuel Ribas. Embora governasse sob o signo da modernização, teve um governo marcado por problemas com a economia do Estado que seu antecessor procurou transformar em "celeiro do Brasil". No quesito educação, também seguiu a política anterior. Manuel Ribas construiu diversos grupos escolares na capital e interior do estado. Lupion pregava: nenhuma cidade sem escola, fato que foi aproveitado pelo então Secretário na interiorização não apenas de escolas, mas da formação de professores para as zonas rurais,

pois não bastava apenas criar escolas ou construir instalações. Era preciso preparar professores capazes de interagir com o meio, modificando-o, e isto estava longe de acontecer. Os professores das escolas rurais mal tinham terminado o primário e trabalhavam com toda sorte de dificuldades.

No que diz respeito à formação de mestres para a zona rural, Erasmo Pilotto inspirou-se na experiência mexicana tomada como paradigma. A educação rural no México surgiu pós-revolução (1917) em decorrência da necessidade de adequação dos camponeses às propostas de melhor distribuição de terras e melhor utilização de recursos naturais. Segundo Lourenço Filho, a política educacional seguia dois princípios: "o da ação federal no ensino e o da escola de ação social". (LOURENÇO FILHO, 1952 p. 114). Foram então criadas as Missões Culturais que se dirigiram ao interior do país com o objetivo primordial de "esclarecer, convencer ... recrutar jovens que já tivessem terminado o curso primário e quisessem se dedicar ao ensino" (Ibid p 116). Esses jovens deveriam permanecer algum tempo em cada localidade para orientar os futuros professores e instalar escolas. Os novos professores tinham por missão "atuar como mentores e líderes sociais desinteressados de pequenas comunidades, e cujos objetivos acessórios [eram]: procurar o melhoramento cultural e profissional dos mestres rurais e integrar a gente adulta da comunidade no progresso cultural médio desejável da nação". (PILOTTO, 1959. p.57)

Uma primeira experiência foi realizada em duas cidades paranaenses, Palmeira e Cerro Azul, e "constituiu-se na adaptação das missões culturais mexicanas, para a realidade das escolas rurais paranaenses"(MIGUEL, 1992, p 233). Estas experiências tornaram-se o núcleo dos cursos Normais Regionais. O Normal Regional como passou a ser denominado, visava solucionar o problema da formação de professores nas zonas rurais, ou das zonas afastadas das cidades.

Retomando a exposição inicial de Pilotto, encontra-se a afirmação que não foi muito significativo o resultado atingido, no entanto

o que tinha sido feito precisava ser “conservado, consolidado, corrigido, aperfeiçoado e ampliado”. Refere-se ao atraso do estado de modo geral e em particular no setor da educação pública, embora teça elogios ao seu professorado, e conclama:

É preciso agitar os problemas da educação pública no Paraná em todas as consciências que possam interferir para que a infância de nossa terra não pague um tributo que não deve ao nosso atraso pedagógico. Talvez seja necessário despertar a consciência desses problemas no coração das mães e dos pais. (Ibid,p.5)

O livro em estudo possui dezesseis capítulos de relatos e comentários sobre sua atuação na Secretaria de Educação e Cultura. Começa citando parte da correspondência que trocou com professores(as) do interior do estado nas quais relatam as condições em que trabalhavam, as dificuldades que encontravam e os fracos resultados obtidos. Fala também de algumas experiências de conversas com professores em visita ao interior do estado, onde pretendia dar algumas receitas para melhorarem suas escolas e rendimento escolar, quando se deparou com a cruel realidade em que viviam estes professores: fome, ausência de assistência, insalubridade e outras mazelas que necessariamente influíam no andamento escolar. E se questiona – “Que escola temos de dar a esses nossos irmãos?”(Ibid. p. 13)

Diante do conformismo e até fatalismo de algumas professoras o autor professa “não é verdade que tenhamos de esperar” pelo progresso, pelo desenvolvimento do estado para depois melhorar a educação. É preciso quebrar a rotina. Para “agitar as consciências” chama antigos alunos, espíritos líderes” que estavam exercendo o magistério em diversos pontos do estado. Muitos vieram não sem dificuldades, para o encontro que discutiria um projeto de consciência de um novo espírito em soluções simples para as escolinhas rurais. (ibid p. 16).

Sendo a maioria das professoras das escolinhas rurais com apenas o curso primário, às vezes incompleto era preciso, apesar de ser um problema complexo, ter apenas um objetivo, "levar à criança da zona rural o mestre tecnicamente formado e formado na sua personalidade para o exercício de sua função. É preciso acertar com uma solução de profundidade e realiza-la com firmeza". (ibid, p. 18).

Sob a égide de Comênio –"proceder passo a passo e acabadamente", Erasmo Pilotto traça um quadro de ação já empiricamente vivenciado em Palmeira e Cerro Azul. Trata-se de um quadro de cinco pontos composto por I- ensino inicial da leitura; II- ensino inicial da aritmética; III- aulas ao ar livre; IV- recreação e V- Associações de amigos da escola e associações de ex-alunos.(ibid p. 32).

As Associações de Amigos da Escola, baseada no princípio de que "a escola precisa do povo, tanto quanto o povo precisa da escola" resultou da queixa de pais de que as escolas isoladas não tinham fiscalização, e dos professores de que os pais não cooperavam com as atividades mais normais da escola. Inspiradas mais uma vez na experiência mexicana, de organização simples e com propósitos bem definidos, seguiam as instruções de que junto a cada escola isolada rural procurar-se-ia criar uma Associação de Amigos daquela escola, que reunisse os vizinhos, para um trabalho de fomento à educação e amparo à obra educativa escolar; tinham como função auxiliar a escola para que cumprisse seu mister de melhorar a vida do homem residente no local; conseguir locais para atividades esportivas, atividades agrícolas, para recreio das crianças, para aulas ao ar livre, ou obter mobiliário; auxiliar a manter a escola em boas condições de funcionamento, realizando pequenos reparos e melhorando as condições higiênicas; realizar esforços para assegurar matrículas e freqüência regular dos alunos; auxiliar o inspetor, a realização de festivais obtendo fundos e outras atividades necessárias ao bom andamento da educação. (ibid)

As outras fases do plano seguiriam os passos de organização dos cursos de atualização com duração de uma semana para os

professores rurais, nos quais seriam comunicados conhecimentos simples e práticos, mas capazes, para melhorar o rendimento escolar e capazes de fazer da escola um ambiente mais humano e mais alegre.

Como a maior parte das professoras da zona rural mal tinham o curso primário, Pilotto preocupava-se sobremaneira com sua formação. Daí seu cuidado, enquanto secretário de Estado em levar para o interior as Escolas Normais Regionais, pois para ele a "criança da zona rural tem direito a um professor especificamente formado para sua função". (ibid. p.45)

"A crise mais grave no momento atual, da escola isolada rural no Paraná é a falta de mestres com cursos próprios em escolas normais" Questionava o Estado ter consentido que a situação estivesse em situação de atraso em relação ao desenvolvimento em outras áreas, e embora contasse com um magistério formado, mais de sua metade em atuação, era de professores leigos, professores com um freqüentemente pobre curso primário, apenas, de formação, e, por cúmulo, se tivesse deixado essas mestras, tantas vezes com excepcional boa vontade, sem nenhuma assistência pedagógica. "Vimos a fome como algumas vieram para os nossos cursinhos". (ibid. p.45)

A política de formação de professores no Paraná estava apoiada na existência de Escolas Normais apenas nas maiores cidades do Estado: Curitiba, Paranaguá; Ponta Grossa, Londrina e Jacarezinho. No entanto, as pessoas ali formadas mal saíam dos centros urbanos maiores e quando o faziam aglomeravam-se nos centros próximos á estrada de ferro, e procuravam o mais cedo possível voltar para suas cidades. Havia, no Estado, um paradoxo de possuir um número exagerado de professoras e, ao mesmo tempo, um tremendo déficit. Para Pilotto, era premente inverter esta situação. Levar a Escola Normal onde era necessária, ou seja, para o interior.

Levar a escola normal ao interior, recrutar, em cada município, os seus professores aí mesmo, entre moças do lugar, e que aí ficassem, depois

exercendo o seu magistério. A criança da zona rural não pode esperar indefinidamente que o progresso bata às portas de sua localidade para que aí chegue o professor normalista (ibid. p.46)

Enquanto secretário, Pilotto criou vinte e quatro cursos normais regionais no Estado, pois tinha certeza que eram a solução do problema, uma vez que não exigiam o curso ginásial. Portanto, eram os mais adequados para o caso, apesar das críticas recebidas, visto que haviam lutado para que a Escola Normal fosse pós-ginásial, agora ele defendia um curso de formação de professores sem o ginásial. Mas manteve firme sua posição, estipulando que nas localidades onde se haviam instalado as Escolas Normais Regionais, após a formação das primeiras turmas e sem deixar de ofertá-las se criassem as Escolas Normais correspondentes.

Exultante diz "levamos a escola normal ao sertão". Para consegui-lo criou um "comando" de ex-alunos do Instituto de Educação, e em algumas escolas regionais conseguiu colocar professores reputados como bons mestres saídos das Escolas Normais .

Mas, enfim, o que eram as Escolas Normais Regionais. Eram escolas de preparação de professores para as escolas isoladas do interior que podiam ser cursadas logo após a conclusão do curso primário. Para a vida desses cursos, Pilotto redigiu para o caso do Paraná instruções próprias e se empenhou na elaboração de seus programas.

**De acordo com as Instruções:**

**Os Cursos Normais Regionais têm três finalidades:**

- formar o professor regente, para a escola primária, sobretudo da região, com uma aguda consciência dos problemas locais, uma idéia precisa do papel da escola em sua solução, uma formação técnica que o capacite para esse mister e um acentuado sentido de liderança que lhe permita assumir a iniciativa no meio em que a escola esteja localizada, fazendo desta um centro de vida social e educativo de toda a comunidade;

- promover o estudo dos problemas pedagógicos ligados à vida escolar da região;
- promover a vulgarização da cultura pedagógica, sobretudo junto aos pais e junto aos mestres da região, educando aqueles para que melhor cumpram as suas responsabilidades de orientação dos filhos, e mantendo viva, nos mestres, a preocupação da informação técnica e científica relativa à sua função. ( *Ibid*, p. 48)

Para funcionarem os cursos compreenderiam no mínimo duas escolas isoladas experimentais, das quais pelo menos uma na zona suburbana ou rural, em lugar, porém acessível aos alunos do Curso; um curso primário experimental e o curso normal propriamente dito;

As escolas isoladas experimentais, dos Cursos Normais Regionais, eram criadas para servir à prática pedagógica dos alunos destes cursos e deviam ser organizadas em obediência aos seguintes princípios: salas amplas e corretamente iluminadas; alpendre para reuniões de adultos sobre educação das crianças, arte culinária, nutrição, artes domésticas, enfermagem e outras matérias úteis; cozinha; pista cimentada ou gramada para festas e jogos para dar um cunho de vida social à escola; possuir aparelhos de projeção e rádio servindo como ponto de reunião e recreio dos adultos, congregados em aulas de costura, agricultura, pecuária, etc; oficina de carpintaria onde os adolescentes poderiam aprender no horário noturno, os rudimentos necessários para a confecção de móveis simples para uso doméstico ou da escola; assim as escolas isoladas serviriam de dia como centro de educação infantil e, à noite como centro de aproximação e educação de adultos.

Essas escolas primárias experimentais deveriam servir à prática pedagógica dos alunos do curso, com autonomia no sistema oficial do ensino e sob a supervisão do diretor do Curso normal regional, embora com direção própria. E as matrículas no primeiro ano do Curso Normal Regional seriam no máximo de 120 alunos.

Para a matrícula era exigido mínimo de 13 anos de idade e atestado médico; para ingresso no Curso, o candidato deveria fazer:

prova de inteligência, prova de cultura que constavam de cinco exames; português, matemática, geografia, história e ciências físicas correspondente ao quarto ano primário.

Quanto à formação do professor primário, deveria ser considerada além da cultura profissional, especializada e cultura geral, a formação de sua personalidade de educador.

Para melhor conhecimento dos alunos, de suas especificidades e necessidades seriam organizadas fichas individuais para que se realizasse o trabalho educativo todo do curso, quanto possível diferencial, atendendo às características pessoais dos alunos.

A formação geral do mestre, além do trabalho desenvolvido dentro do programa das matérias de informação geral, como português, matemática, etc, os Cursos Normais Regionais deveria contar com iniciativas como:

Formar um Centro de Alunos, cuja preocupação deveria ser a formação geral, para que os estudantes se familiarizassem com a idéia de cultura geral. Os próprios alunos deveriam se empenhar na cultura geral da turma. Como modo de atuação, sugeria-se um esquema para um conjunto de reuniões, sessões, durante um ano, previamente planejadas nas quais se interpretariam músicas, estudariam história da música a partir dos clássicos. Na mesma sessão, uma parte literária realizaria trabalho semelhante em relação à história da literatura, procurando-se mesmo um sincronismo nos períodos da literatura e da música. O mesmo em relação à pintura. Além destas sessões, o centro deveria realizar cursos de cultura-geral como, por exemplo, folclore, Bach, arte mobiliária, etc...

Incluir-se-iam nas atividades do centro, ainda, a relação à cultura geral, atividades de teatro, reconhecido o valor do teatro escolar, leituras de peças teatrais como fonte de alargamento espiritual, organização de debates, etc.

Propunha também que se formasse uma comissão de propaganda para convencer os colegas da importância das atividades do Centro.

- trabalho de estímulo e informação sobre os fatos da cidade como exposição de arte, concertos, conferências, filmes, livros rádio, etc

- no serviço de fichas dos alunos, recolher-se-iam informações sobre a cultura geral trazida para a escola, determinando os pontos altos e baixos em relação à média da classe, para perceber as necessidades de cada um e orientá-los devidamente.

O serviço de fichas deveria informar quais os alunos que pela inteligência se destacassem de seus colegas. A formação para estes deveria ser diferenciada menos prática e mais geral, mais voltada para os princípios e idéias gerais. Para os outros, atividades mais práticas, como o contato terra a terra da realidade diária da classe primária. Para os primeiros o tempo será empregado em outras tarefas como as de um Centro Maior de Pedagogia. O Centro era destinado exclusivamente aos melhores alunos. Atividades livres, por exemplo, curso sobre o município, sobre a obra de Machado de Assis, etc. enfim todas as atividades extraclasse deveriam ser relacionadas à cultura geral com plano para os quatro anos do curso.

O trabalho para a formação especializada, propriamente profissional, dos Cursos Normais Regionais, supunha um plano organicamente elaborado com antecipação, ao modo que se fez com a cultura geral, com o objetivo de dar ao aluno o domínio das técnicas úteis em sua atividade propriamente didática futura. A par das atividades em classe, organizar-se-ia um conjunto de atividades fora de classe, com estágios em escolas isoladas, em casa, biblioteca da escola, horas extraordinárias na escola, nos museus das escola, etc

O preparo intelectual do professor levaria em conta o seguinte:

De toda a matéria do programa, a direção do Curso considerará como núcleo fundamental e de maior importância:

I- o pleno e vivo domínio da linguagem;

II- o conhecimento dos problemas locais, de suas soluções, e a prática da interferência da escola nos mesmos;

III- a formação didática. (Ibid,p. 54)

Em torno desses três pontos, a direção do Curso procuraria concentrar um amplo trabalho de todas as cadeiras, trabalho coordenado, construído desde o primeiro ao último ano.

O autor segue fazendo uma série de sugestões e comentários sobre o que deveria ser feito para tornar o Curso uma instituição viva da comunidade, efetivamente melhorando a vida que se destina a servir.

Conclui suas considerações fazendo referência a uma idéia que se encontra disseminada em quase todos os pontos da referida Instrução:

... a de que, nos Cursos Normais Regionais, a formação de alunos deve fazer-se em dois níveis. É dividi-los tão cedo as circunstâncias o permitam, em dois grandes grupos: aqueles que pertencem à média da classe e os que estão colocados acima desta média. E isso do duplo ponto de vista da inteligência e da personalidade. E todo o trabalho educacional do Curso, processar-se-á em dois níveis, ainda que o não percebam claramente os alunos. É para os de segundo nível, nível superior, que se organizará o Centro Maior de Pedagogia; é para eles que se destinará, sobretudo atenção especial de um cuidado individual; é junto deles que mais se há de procurar exercer uma influência direta e pessoal; é a eles que se confiarão as tarefas de maior cuidado; é a eles que se confiarão as tarefas de direção, ensinando-lhes a iniciativa, etc.; serão eles os chamados para as tarefas especiais, sendo permitido dispensá-los de tarefas comuns. E assim por diante. Em síntese, é de estar-se, sempre, atentamente voltado para melhor dotados, procurando destinar-lhes uma atenção de acordo com as possibilidades e as promessas que se podem esperar de sua personalidade mais rica. (Ibid p.59)

Ao deixar a Secretaria de Educação e Cultura, afirma: Os Cursos Normais Regionais devem se tornar “um grande acontecimento moral” em cada Cidade onde funcionem, pela força do idealismo que congreguem, que representem, que ensinem e propaguem. (Ibid p.64)

Erasmus Pilotto foi um intelectual que, para além de pensar a educação interferiu no processo de formulação das políticas públicas educacionais em nível estadual. Para além da utopia, procurou aplicar suas idéias e fez de sua passagem pela Secretaria de Educação e Cultura do estado do Paraná, o lócus privilegiado dessa aplicação.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FOUCAULT, Michel, 2000. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola.

LARROSA, Jorge. 1999. “Os paradoxos da repetição e da diferença. Notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges”. em ABREU, Márcia (org) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, Mercado das Letras; São Paulo, Fapesp.

LOURENÇO FILHO, M.B. 1952. “A educação rural no México”. em *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V.18, n. 45. p. 108-198.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. 1992. *A pedagogia da Escola Nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão*. São Paulo, PUC, Tese de Doutorado.

PILOTTO, Erasmo, 1952. *A Educação é direito de todos*. Curitiba [s.ed].

PILOTTO, Erasmo, 1959. *Situações do Desenvolvimento Brasileiro e a Educação*. Curitiba, Associação dos Estudos Pedagógicos.

PILOTTO, Erasmo, 1960. *Direito à educação*. Curitiba. Associação de Estudos Pedagógicos.

VIEIRA, Carlos Eduardo. 2001 “O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto”. em *Educar e Revista*. Curitiba, n.18 p. 53-73.

Recebido em 9/10/2007

Aceito em 11/11/2007